



**Willian Costa (SindUTE-MG)** // “A obra “Anticolonial” é uma releitura da fotografia de Giovanni Marrozzini sobreposta a parte do mapa da América Latina, Caribe e África, representando as lutas anticoloniais, contra o imperialismo e o racismo.”

**3** Artigo

# Reprodução social e dependência: superexploração e opressão de gênero na América Latina

**Aline Damasceno Brancacci<sup>1</sup>, Aline Marcondes Miglioli<sup>2</sup> e Gabriel Oliveira de Carvalho Senra<sup>3</sup>**

**Resumo** // O método marxiano fundamenta o estudo crítico tanto das opressões de gênero, classe e raça/etnia quanto das formações periféricas do mercado mundial capitalista. Neste artigo, buscaremos demonstrar como o diálogo entre a Teoria Marxista da Dependência e a Teoria da Reprodução Social permite apreender as tendências constitutivas da dominação e da exploração das mulheres latino-americanas. Apresentaremos os caminhos possíveis para avançar na tarefa de construção de uma teoria unitária das determinações da classe trabalhadora brasileira, evidenciando as particularidades históricas-concretas do capitalismo latino-americano e a centralidade das opressões de gênero.

**Palavras-chave** // Teoria da reprodução social; teoria marxista da dependência; superexploração.

---

1 Mestranda em Desenvolvimento Econômico (IE/Unicamp). A autora agradece ao apoio da CAPES.

2 Doutoranda em Desenvolvimento Econômico (IE/Unicamp).

3 Mestrando em Economia (IE/Unicamp). O autor agradece ao apoio do CNPq.

## Introdução

A escalada neoliberal no Brasil nas últimas décadas conduziu à recuperação crítica de teorias que refletem sobre as condições de vida da classe trabalhadora na periferia do sistema capitalista mundial. Dentre elas, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) retornou ao debate acadêmico e político contemporâneo frente à constatação dos limites do social-liberalismo, dos governos de esquerda da América Latina e das investidas imperialistas na região (CARCANHOLO, 2013)<sup>4</sup>. A reabilitação da TMD pode ser atribuída à interpretação totalizante que ela oferece sobre a condição da economia latino-americana, a qual permite relacionar sua posição subordinada na divisão internacional de trabalho com a condição de reprodução dos seus trabalhadores. Ela avança em relação às teorias do subdesenvolvimento da Cepal<sup>5</sup> ao identificar que as transferências internacionais de valor – resultado da inserção periférica do Brasil na divisão internacional do trabalho – são compensadas internamente com a superexploração do trabalho, que corresponde ao incremento na extração de mais-valia a partir da remuneração do trabalhador abaixo do mínimo necessário para recomposição da sua força de trabalho.

A recomposição da força de trabalho se dá principalmente no âmbito doméstico e não escapa aos autores inaugurais da TMD a relação entre a condição da mulher<sup>6</sup> trabalhadora, a superexploração e a dependência. Esta reflexão foi realizada por Vânia Bambirra, que buscou aprofundar-se na condição da mulher latino-americana, sem, no entanto, desenvolver uma teoria sistemática que a relacionasse à dependência<sup>7</sup>. Seu exercício principal foi absorver a realidade da

---

4 Originalmente formulada em 1960, a TMD foi amplamente debatida na América Latina até a década de 1980. No Brasil, entretanto, ela foi prematuramente silenciada após a consolidação da teoria da dependência desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (PRADO, 2011).

5 Nos referimos aos trabalhos de Raul Prebisch e Celso Furtado, os quais identificaram a transferência de valor existente entre os centro e periferia do sistema capitalista como resultado da deterioração dos termos de troca.

6 Ao longo deste artigo, as referências às mulheres e trabalho feminino dizem respeito à mulher cisgêneras, isto é, que se identificam com o gênero atribuído no nascimento. A discussão mais ampla que abarque as mulheres *trans* é necessária e fundamental para a compreensão total da realidade brasileira. No entanto, devido à necessidade de interlocução com outras bibliografias e teorias, e sobretudo pela falta de dados acerca da população transgênera, iremos restringir o escopo deste trabalho à realidade das mulheres cisgêneras.

7 Podemos acrescentar outras contribuições marxistas à problemática da mulher trabalhadora, como, por exemplo, a obra de Lélia Gonzalez, pioneira no debate antirracista sobre as mulheres no Brasil, e de Ana Montenegro, militante histórica do PCB e do movimento feminista classista brasileiro.

trabalhadora doméstica assalariada latino-americana e desenvolver uma tipologia das “donas de casas” e “patroas” da classe média (BAMBIRRA, 1975).

A renovação do debate marxista sobre a mulher trabalhadora emergiu no Brasil frente à rodada de destituição dos direitos e serviços públicos em curso desde a aplicação das políticas neoliberais no país. Neste cenário, fomentou-se o debate sobre a “Crise do Cuidado”<sup>8</sup>, o qual aproximou a Teoria da Reprodução Social (TRS) – em debate internacionalmente desde a publicação de *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory* (1983), de Lise Vogel – com os movimentos feministas e círculos acadêmicos, marcando o início de um novo olhar para os problemas da mulher trabalhadora latino-americana. Estes debates se intensificaram após a publicação no Brasil do livro *Calibã e a Bruxa* em 2017 (FEDERICI, 2017), o qual acrescentou novos elementos às discussões sobre a importância do trabalho reprodutivo para a acumulação de capital.

Em comparação às teorias que distinguem o trabalho “econômico” do trabalho doméstico, a TRS avança na relação da opressão da mulher com a lei do valor ao considerar o trabalho doméstico como o trabalho de reprodução da mercadoria força de trabalho, e, portanto, necessário à acumulação capitalista. Esta constatação suscita indagações sobre como o trabalho de reprodução social apresenta-se nas economias dependentes,<sup>9</sup> e, para tanto, parece ser possível encontrar uma interlocução entre a TRS e a TMD a partir da aproximação entre as categorias de reprodução social e a superexploração.

Tendo em vista a possibilidade de articulação entre ambas as contribuições teóricas, define-se como objetivo deste artigo vincular a categoria de superexploração da força do trabalho com a de reprodução social, já que consideramos tal aproximação necessária para a compreensão dos desdobramentos da superexploração

---

8 A “Crise do Cuidado” refere-se à constatação de que, devido à diminuição da participação do Estado nos serviços de cuidado e reprodução das famílias – como consequência da aplicação das políticas neoliberais – e com a indisposição ou inviabilidade das mulheres de se responsabilizar por este trabalho – como resultado de sua inserção no mercado de trabalho – haveria um déficit de atenção e cuidado com a população idosa e infantil. Para as famílias com recursos financeiros, este déficit resolve-se através da contratação privada destes serviços. No entanto, para o restante da população a situação reflete a emergência de novos problemas sociais no âmbito das famílias, como a desatenção com as crianças e o abandono de idosos (GRECCO, 2017).

9 Para promover a aproximação entre ambas as categorias é preciso considerar o avanço realizado por Heleieth Saffioti para a compreensão da importância da mulher trabalhadora nas economias dependentes. Segundo a autora, a superpopulação feminina ocupa o papel de força de trabalho em potencial, a qual promove o rebaixamento generalizado dos salários, e, portanto, estabelece a condição fundamental para a acumulação de capital na periferia (SAFFIOTI, 1976).

nos processos de reprodução social na América Latina e no Brasil. Esta abordagem pretende perfazer somente um esboço das relações categoriais possíveis e, portanto, é possível antecipar que ela não será suficiente para apreensão das realidades particulares entre os países latino-americanos e tampouco realizará a recuperação histórica das distintas trajetórias de desenvolvimento capitalista. Da mesma maneira, por tratar-se de uma aproximação inicial, não avançaremos no debate sobre racialização desigual da classe trabalhadora na região, apesar de considerarmos sua compreensão indispensável para a apreensão da realidade latino-americana<sup>10</sup>.

Para lograr este objetivo, o presente trabalho será dividido em cinco seções para além desta introdução. Nas duas próximas seções serão retomadas resumidamente algumas categorias da Teoria da Reprodução Social e da Teoria Marxista da Dependência: a reprodução social e a superexploração do trabalho, respectivamente. Na seção seguinte será proposta a aproximação entre ambas as categorias, que será ilustrada com dados secundários sobre as condições de opressão e trabalho da mulher trabalhadora brasileira. Na última seção, em vias de conclusão, abordaremos os temas que emergem após a aproximação categorial, com o objetivo de demonstrar como este instrumental apresentado pode auxiliar em outras as pesquisas sobre essa temática.

## A economia política da força de trabalho e a opressão da mulher

Para discutir Teoria da Reprodução Social é basilar o texto *The Political Economy of Women's Liberation*, de autoria de Margaret Benston, publicado em 1969. Benston aponta um problema de método nos debates sobre o status inferior da mulher, no qual discute-se socialização, psicologia, relações interpessoais ou o papel do casamento enquanto instituição social (BENSTON, 1969). No

---

10 A respeito da relação entre a racialização desigual da classe trabalhadora e a TRS consultar Mohandesi e Teitelmen (2017). Acerca do entrelace entre gênero, classe e raça /etnia, Saffioti observa que não se trata de somar diretamente racismo *mais* gênero *mais* classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão: "Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa" (SAFFIOTI 2004, p.115 *apud* MOTTA, 2018, p.157).

entanto, ela questiona se seriam esses os fatores primários para compreender o *status* da mulher. Sua hipótese de trabalho é a de que mulheres possuem uma relação diferente com os meios de produção, de modo que falar sobre mulheres é discutir classe social.

O ponto nevrálgico do texto de Benston é afirmar a produção doméstica enquanto parte integrante da produção, ainda que não seja diretamente ligada às relações de mercado, é reservada e cobrada às mulheres. É aqui que encontramos a base material do que se compreende por mulher e do status inferior das mulheres, sendo que a diferença entre homens e mulheres está no fato de homens não serem responsabilizados pela produção de valores de uso em tarefas associadas ao lar ou à família (BENSTON, 1969). Esse processo de produção sob responsabilidade das mulheres não produz valor, apesar de envolver a produção de valores de uso indispensáveis ao cotidiano da família trabalhadora sob a forma de trabalho não remunerado. Ter responsabilidade por um trabalho que é improdutivo do ponto de vista do capital é justamente uma das bases da condição inferior da mulher na sociedade capitalista<sup>11</sup>. Por fim, Benston também sublinha o caráter pré-industrial da produção doméstica: de pequena escala e baseada em relações de parentesco com múltiplos propósitos (religiosos, recreacionais, educacionais e sexuais, juntamente com sua função econômica), não raro conciliada com a produção de mercadorias para o mercado em ocupações externas (BENSTON, 1969). Como observa Tithi Bhattacharya (2019a), o texto de Benston nos deixa duas lições valiosas:

- a. Designar a produção doméstica (cozinhar, lavar, trabalhos de cuidado em geral etc.) como atividade econômica;
- b. Demonstrar como esses trabalhos domésticos determinam uma relação entre as mulheres e os meios de produção distinta da relação entre estes e os homens.

Para Bhattacharya (2019a), esses elementos permitem enquadrar o trabalho doméstico dentro do modo de produção capitalista, possibilitando a vinculação

---

11 Na sociedade capitalista, o trabalho é *produtivo* quando produz mais-valor para o capital, no interior do processo de exploração regido diretamente pelo capital. Sobre a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, ver Marx (1984).

da opressão da mulher à lei do valor. Ainda segundo Bhattacharya, o limite da contribuição de Benston se daria justamente por não estar explícito *o quê* esse trabalho doméstico produz. Este salto analítico seria feito por Lise Vogel, em seu escrito *Marxism and the Oppression of Women*, de 1983. Nesse texto, a autora aponta a luta de classes como a dinâmica central do desenvolvimento social nas sociedades caracterizadas pela exploração e demonstra que existem diferenças substanciais na opressão de mulheres da classe trabalhadora e mulheres das classes proprietárias. Sobre o papel que cumpre o trabalho doméstico na reprodução do capital, Vogel relaciona a opressão às mulheres com os processos de renovação dos trabalhadores, assim como seu envolvimento na produção (VOGEL *apud* BHATTACHARYA, 2019a, p. 103).

Para Bhattacharya (2019a), o que estava ausente em Benston e é tornado explícito por Vogel é o papel do trabalho doméstico na reprodução da própria força de trabalho a ser explorada pelo capital. A produção da força de trabalho é responsabilidade do trabalho doméstico não-pago da mulher no interior da unidade familiar. O que é particular ao capitalismo não é a divisão sexual do trabalho, mas a separação da esfera produtiva da esfera de reprodução da força de trabalho e a segregação da última enquanto responsabilidade da mulher mediante o trabalho doméstico privado. Ele é reprodutivo justamente por reproduzir a mercadoria força de trabalho, a qual não é produzida de forma direta nas relações de mercado. Neste momento, cabe rever como o valor da força de trabalho é determinado.

Segundo Luce (2018), o valor da força de trabalho é o valor que permite aos trabalhadores adquirir os meios adequados à reposição do desgaste médio da força de trabalho durante a jornada de trabalho. Ele é determinado pelo valor dos meios de subsistência, bens e serviços necessários à reprodução da força de trabalho em condições sociais normais, em determinado momento histórico e cultural. Seu valor diário, semanal ou mensal é derivado de seu valor total, que, portanto, engloba tanto o período da vida para além da vida laboral, ou seja, o período de aposentadoria (LUCE, 2018, p. 169), como a produção de nova força de trabalho, cujo tempo de duração e o processo de capacitação, por sua vez, também é determinado por elementos históricos-morais. O valor da força de trabalho define o nível médio em torno do qual tendem os salários, que representa a expressão desse valor em dinheiro. Veremos, entretanto, que o próprio capitalismo comporta mecanismos que levam à sua violação sistemática e ao pagamento salarial consistentemente abaixo do valor da força de trabalho.

Portanto, a força de trabalho é reproduzida pelas relações pessoais no interior da unidade familiar e não pelas relações de mercado, ainda que seu valor seja determinado pelos bens e serviços necessários para sua reprodução, parte dos quais incide o trabalho doméstico da mulher. Como sintetiza Bhattacharya,

A força de trabalho, em grande parte, é reproduzida por três processos interconectados: 1. atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra. 2. atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego. 3. reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz (BHATTACHARYA, 2019b).

A necessidade de se manter baixo o valor da força de trabalho explica por que o capitalismo reproduz o caráter pré-industrial do trabalho doméstico e a relevância do trabalho não-pago da mulher para promoção da apropriação de mais-valor pelo capital. Assim, para garantir a acumulação de capital, o capitalismo reproduz de forma ampliada as relações de dependência pessoal e de opressão da mulher, o que torna a socialização e a industrialização plena do trabalho doméstico uma impossibilidade no modo de produção capitalista (BHATTACHARYA, 2019a).

A originalidade da Teoria da Reprodução Social está na sua ênfase na importância do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres (carinho, cuidado etc.) para a acumulação de capital. As autoras vinculadas à TRS defendem, assim, a integração analítica da produção de mercadorias e a produção da vida, uma vez que estas duas esferas da vida social estão profundamente inter-relacionadas na totalidade da vida concreta (BHATTACHARYA, 2019b). Essa interrelação, entretanto, é desigual e profundamente contraditória, pois o terreno da reprodução da força de trabalho é constantemente atacado em suas bases pela necessidade de acumulação de capital. Esse processo torna-se evidente por exemplo na privatização dos serviços de saúde, que em prol da acumulação de capital neste

setor, acaba comprometendo o próprio processo de reprodução social, e, portanto, o conjunto do sistema social (FRASER, 2017).

Tal como as relações de produção, a reprodução social comporta elementos distintos de acordo com as diferentes fases de acumulação de capital e ganha características particulares em cada país e região. É um terreno central da sociabilidade burguesa e comporta expressões importantes da luta de classes. Portanto, a riqueza da TRS reside em desdobrar esse conjunto de determinações a partir de um aporte rigoroso da lei do valor, ponto que compartilha com a TMD e que nos municia para teorizar acerca das especificidades de gênero da América Latina.

## Superexploração da força de trabalho

A reprodução ampliada do capital em escala global reproduz sempre relações de imperialismo e de dependência entre países que estão profundamente interligados entre si em seus determinantes econômicos, sociais e culturais, ainda que formalmente independentes do ponto de vista político. As formações sociais dependentes são subordinadas ao desenvolvimento desigual das legalidades gerais do capitalismo no âmbito do mercado mundial, que favorece a acumulação do conjunto de capitais pertencentes às formações imperialistas. Este condicionamento determina a base das relações econômicas e sociais dos países dependentes, que apresentam assim uma trajetória particular de desenvolvimento capitalista, o que exige um conjunto específico de categorias e ferramentas de análise (MARINI, 2005, p. 132).

As transferências internacionais de valor favorecem a acumulação dos capitais de certas regiões em detrimento dos capitais de outros lugares, e a superexploração da força de trabalho é justamente a solução que os capitais dos países dependentes encontram para prosseguir seu processo de reprodução ampliada<sup>12</sup>. Ela só é possível por conta da viragem externa inicial da estrutura econômica dependente, herança do sistema colonial, e pelos grandes excedentes de força de trabalho, muitas vezes produzidos pela destruição dos modos de produção precedentes. Esses dois elementos permitem ao capital dos países dependentes remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor sem que se encontrem prejuízos para

---

12 Para uma apresentação dos diversos mecanismos de transferência de valor em seus diversos níveis de operação, ver Leite (2016).

a reprodução do capital, já que o consumo popular não constitui o espaço central de realização da produção. Mas ela se torna uma *necessidade* frente às transferências estruturais de valor da periferia para os centros imperialistas. Portanto, a superexploração é um mecanismo de compensação que permite aos capitais dos países dependentes retomarem seu processo de acumulação a partir da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor (AMARAL e CARCANHOLO, 2012 e CARCANHOLO, 2013).

A superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação se manifesta de quatro maneiras: o aumento da intensidade do trabalho; o prolongamento da jornada de trabalho; a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor; e o aumento não coberto do valor da força de trabalho (AMARAL e CARCANHOLO, 2012, p. 99 e LUCE, 2018). Os dois primeiros mecanismos ampliam o desgaste da força de trabalho sem sua reposição adequada nas condições sociais normais, reduzindo o tempo de trabalho total dos trabalhadores e violando por baixo o seu valor<sup>13</sup>. Os dois últimos se compõem de determinações distintas da compra da força de trabalho abaixo do valor, no qual os capitalistas procuram aumentar sua apropriação de mais-valor a partir da remuneração salarial abaixo do valor da força de trabalho, do aumento da intensidade e da jornada de trabalho. Ao fazê-lo, negam a possibilidade de reposição do desgaste da força de trabalho, tanto por ampliar esse mesmo desgaste quanto por reduzir sua remuneração<sup>14</sup>.

A superexploração da força de trabalho é o fundamento da dependência. É o desdobramento particular da relação de subordinação no mercado mundial, resultado das tendências gerais do capitalismo, e ao mesmo tempo é a base das legalidades específicas das estruturas dependentes. A partir da superexploração se desdobra o conjunto de categorias próprias aos países dependentes, tal demonstrou Marini em *Dialética da dependência*. Ela condiciona a reprodução do capital e o conjunto das relações sociais desses países e, por ser um desenvolvimento que parte da lei do valor, a superexploração contém em si vínculos categoriais estreitos com as contribuições apresentadas pela Teoria da Reprodução Social.

---

13 “No fundo, o capital está recebendo o trabalho de várias jornadas e paga o salário de uma jornada. Apropria-se assim do fundo de vida dos trabalhadores” (OSORIO, 2013, p. 59).

14 “Em todas elas, o capital ou se apropria do fundo de consumo do trabalho, deslocando-o para o fundo de acumulação; ou arrebatando anos futuros do trabalho, apropriando-se de seu fundo de vida, o qual é também violado para alimentar a sanha da acumulação” (LUCE, 2018, p.178).

## Superexploração e reprodução social

A superexploração da força de trabalho, fenômeno da “esfera da produção”, tem consequências para a reprodução da classe trabalhadora ao afetar as condições de desgaste e reposição da força de trabalho. Se, como demonstra a TRS, são as mulheres que assumem a responsabilidade da reprodução social no interior da unidade familiar, é evidente que a superexploração condicionará as tarefas assumidas pelas mulheres nas formações sociais dependentes. Assim, o vínculo entre a Teoria Marxista da Dependência e a Teoria da Reprodução Social é possível porque ambas são construídas em torno de um desdobramento rigoroso da lei do valor, e se dá justamente mediante as determinações que envolvem a força de trabalho.

Como a superexploração é o fenômeno fundamental da dependência, vamos partir dela para descobrir as particularidades do trabalho doméstico das mulheres na periferia. Vimos que a superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação se manifesta mediante: *i)* a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor; *ii)* o aumento da jornada de trabalho; *iii)* o aumento da intensidade do trabalho. Identificaremos primeiro como cada uma dessas três formas de expressão da superexploração coloca especificidades sobre a reprodução da força de trabalho e, portanto, sobre o trabalho doméstico. Depois, buscaremos entender como essas particularidades da reprodução social se sintetizam com as determinações da superexploração e afetam a forma de inserção das mulheres nas relações de produção. Grosso modo, primeiro avaliaremos as consequências da produção para a reprodução, e depois faremos o caminho inverso.

### **i. Superexploração e as consequências para as relações de reprodução**

A remuneração dos salários abaixo do valor da força de trabalho, que expressa tanto o rebaixamento salarial direto quanto o aumento não coberto do valor da força de trabalho, impede a reprodução cotidiana normal dos trabalhadores. Isso se dá pela impossibilidade de se adquirir a quantidade de mercadorias adequadas à satisfação plena de suas necessidades materiais, seja de alimentos, materiais de limpeza, serviços culturais etc. Nos países dependentes essa

defasagem material em relação às condições da reprodução se dá mediante um maior tempo de trabalho doméstico, e, conseqüentemente, pelo maior desgaste físico e psicológico da mulher. Assim, as mulheres assumem a responsabilidade de buscar suprir mediante seu esforço ampliado a falta de acesso aos bens e serviços adequados. Um exemplo é a alimentação da família trabalhadora, a qual depende do trabalho matutino da mulher no preparo da “marmita”.

Esse maior tempo de trabalho doméstico é reforçado porque dentre as mercadorias que os trabalhadores demoram para ter acesso estão os instrumentos e máquinas que servem ao aumento da produtividade do trabalho doméstico (eletrodomésticos, utensílios de cozinha e limpeza etc.). Existe, por conta dos baixos salários, uma defasagem temporal significativa entre a introdução e popularização de geladeiras, batedeiras e micro-ondas nas casas da classe trabalhadora do centro e da periferia (LUCE, 2018). E mesmo a popularização de seu consumo só foi possível em parte por formas específicas de endividamento como os crediários das grandes redes varejistas, o crédito consignado etc. Neste sentido, a demora na introdução das máquinas de lavar no consumo de massa no Brasil significou um maior tempo de trabalho e um maior desgaste das mulheres latino-americanas frente às suas correspondentes nos países europeus.

O pagamento dos salários abaixo de seu valor também torna inacessíveis mercadorias e serviços que compõem parte da reprodução das novas gerações da força de trabalho. Por não poderem contratar babás e cuidadores, por não poderem adquirir o material cultural e pedagógico adequado, as mães, irmãs e avós reforçam seu papel como principais responsáveis pela criação das crianças. Da mesma maneira, sua responsabilidade também é estendida sobre o cuidado dos aposentados e aposentadas que não têm condições de sobreviver somente com os rendimentos da previdência<sup>15</sup>.

O aumento da jornada de trabalho e da intensidade do trabalho são as duas outras maneiras para remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor. Vimos que significam o maior desgaste da força de trabalho e o roubo de

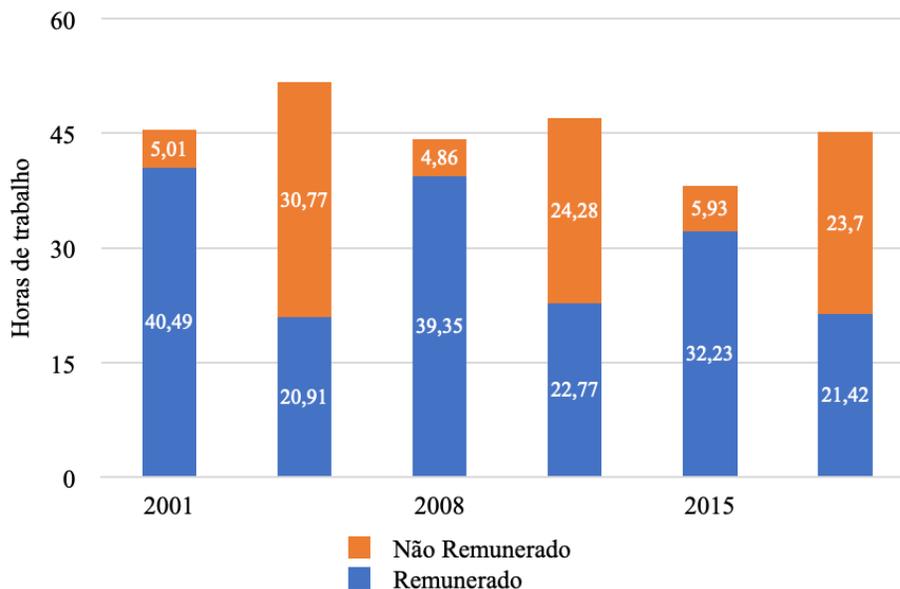
---

15 De acordo com Giacomini *et. al* (2018) os cuidados com a população idosa no Brasil é responsabilidade das famílias, haja visto que 93,5% dos idosos que necessitam de cuidados, os recebem de membros da família. A função do cuidado é feita majoritariamente por mulheres, cerca de, 72% do total de cuidadores, sendo que deste total, 30% pararam de trabalhar para dedicar-se aos cuidados do idoso, somente 6% recebeu treinamento adequado para realizar esta tarefa e 81,8% realizam atividades de cuidado todos os dias. Por sua vez, apenas 14,1% dos cuidadores masculinos deixaram de trabalhar para dedicar-se ao cuidado e 67% dedicam-se ao cuidado diário, sendo que 21% dedicam-se a apenas um dia de cuidado diário (GIACOMINI, 2018).

seus anos futuros de trabalho pelo capital. Nestas condições de maior desgaste e frente às restrições de acesso ao cuidado profissional (tanto pela impossibilidade de acesso via mercado quanto pela insuficiência de oferta pública adequada) o trabalho doméstico assume a responsabilidade do trabalho de carinho e cuidado correspondentes, ao custo do maior comprometimento temporal e do maior desgaste físico-emocional da mulher. Isso é válido tanto para a reprodução da força de trabalho em idade ativa, para a produção de novos trabalhadores (trabalho reprodutivo), quanto para a reprodução dos indivíduos inativos, aposentados ou incapacitados pelos anos de desgaste ampliado

No que compete à extensão da jornada de trabalho, as estatísticas sobre o mercado de trabalho no Brasil não captam a verdadeira dimensão da jornada de trabalho das mulheres, pois restringem-se à jornada formal de trabalho e não abarcam o trabalho de reprodução social realizado no âmbito familiar. Por exemplo, em 2018 os homens trabalharam em média 42,7 horas por semana em seus empregos formais, enquanto as mulheres 37,9 horas (IBGE, 2019). No entanto, se rompemos a distinção entre o trabalho “produtivo” e trabalho reprodutivo, os dados ganham um novo contorno. Como pode ser visto no gráfico 1, somando-se o trabalho remunerado ao trabalho não remunerado, o número de horas trabalhadas pelas mulheres excedeu o volume de horas de trabalho dos homens em 2001, 2008 e 2015. Posto isto, empregando os termos utilizados pela própria TRS, conclui-se que a mulher trabalhadora do Brasil desprende a mesma quantidade de horas de trabalho para a produção de bens e mercadorias do que para a reprodução da força de trabalho.

**Gráfico 1** – Horas de trabalho remunerado e não remunerado por sexo em horas de trabalho semanais – Brasil, 2001, 2008 e 2015.



**Fonte:** PINHEIRO *et. al*, 2019.

O maior dispêndio de tempo dedicado ao trabalho doméstico independe da condição de ocupada ou desocupada das mulheres em comparação aos homens na mesma situação. Os dados do IBGE para o ano de 2019 apontam para a dedicação média de 24 horas semanais pelas mulheres não ocupadas para o trabalho doméstico, enquanto os homens dedicam 12 horas semanais; para entre a população ocupada, as mulheres dedicam 18,5 horas semanais enquanto os homens dedicam 10,4 horas (IBGE, 2019).

Outro indicativo da intensidade do trabalho realizado pelas mulheres se associa ao tipo de trabalho doméstico protagonizado por elas, o qual envolve um desgaste físico correspondente ou superior ao desgaste realizado nos empregos formais. Os dados da PNAD Contínua mostram que, independentemente de possuírem trabalho remunerado ou não, quase a totalidade das mulheres dedica-se a preparar alimentos e arrumar o espaço da cozinha (80% das entrevistadas), limpar o domicílio e suas dependências (80%), cuidar da limpeza e manutenção de roupas e sapatos (90%) (IBGE, 2019). Por conseguinte, no espaço doméstico

as mulheres são socialmente responsáveis por atuarem como cozinheiras, psicólogas e cuidadoras de seus maridos e filhos. Assim, o roubo dos anos de trabalho do capital mediante a superexploração envolve também a ampliação dos anos de vida das mulheres que perfazem os trabalhos de cuidado físico e emocional dos trabalhadores e trabalhadoras que já não estão mais capacitados para o trabalho cotidiano.

Portanto, o rompimento consistente do valor da força de trabalho só é possível porque o trabalho feminino doméstico substitui relativamente o conjunto de serviços e mercadorias normalmente adequados para a reposição da força de trabalho. O maior desgaste não compensado da força de trabalho aumenta a gama de atividades que a mulher deve assumir no trabalho doméstico, portanto também seu tempo de trabalho. A superexploração implica o maior desgaste não só da classe trabalhadora geral no interior do processo de trabalho, mas também das mulheres responsáveis pela reprodução da força de trabalho. Em sentido inverso, é evidente que a própria possibilidade de rompimento consistente do valor da força de trabalho se dá porque esse movimento é compensado mediante o trabalho doméstico não pago das mulheres. Ou seja, o trabalho doméstico não pago é uma das condições de possibilidade da superexploração, que permitem sua extensão para além do que seria suportável para a classe trabalhadora. É, desta maneira, uma das bases da reprodução do capital no capitalismo dependente.

## **ii. Relações de opressão e as consequências para a produção**

Como já indicado por Benston (2019), a divisão sexual do trabalho vinculada à divisão capitalista entre o trabalho produtivo e o trabalho doméstico reprodutivo dá às responsabilidades sociais outorgadas às mulheres o status de serem ausentes de valor. Essa é uma das bases de justificação da menor participação da mulher no mercado de trabalho formal (a taxa de ocupação em 2015 foi composta em 42,6% de mulheres e 57,4% por homens (IBGE, 2015)) e da menor remuneração do trabalho feminino no interior das relações de produção de mais-valor, os quais permite ao capital a maior apropriação de valor com base na reprodução das relações patriarcais e da segmentação no interior da classe trabalhadora. Numa formação social dependente, a maior exploração em condições

estruturais de superexploração da força de trabalho reforça a baixa remuneração do trabalho feminino e a maior intensidade de trabalho<sup>16</sup>.

O pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho implica na busca pela complementação da renda, que muitas vezes significa estender a jornada de trabalho diária em mais de uma ocupação profissional – formal ou não. Para as mulheres isso significa a procura por fontes de renda complementar relacionadas em geral à mercantilização de parte de suas ocupações tipicamente domésticas sob forma de serviços ou revenda de produtos “tipicamente femininos”. Citamos como exemplo a produção de bolos, doces e salgados e a venda consignada de perfumes ou pelas mulheres que buscam complementar a “renda do lar”. Para ilustrar este exemplo, recuperamos o dado levantado por Abílio (2018) que identificam o cadastro de mais de 1 milhão de mulheres na base de revendedoras de produtos de beleza da marca Natura. A baixa remuneração, ao mesmo tempo, força a ampliação dos anos de trabalho da família, prolongando além do normal a “vida útil” do trabalho feminino em condições de desgaste ampliado, como visto na seção anterior.

Nas formações dependentes é maior a intensidade e a jornada de trabalho da classe trabalhadora em geral, o que tem como consequência a dilatação da superpopulação relativa frente ao seu correspondente nos países centrais. Em nível mais geral, isso ocorre porque a maior intensidade e jornada de trabalho representa, para um determinado nível de produção de mercadorias, a utilização de um menor número de trabalhadores e trabalhadoras e, portanto, um maior excedente laboral (MARINI, 2005). A superpopulação relativa dilatada também é determinada historicamente pela existência de enormes contingentes populacionais excedentes na periferia, resultantes da dissolução dos modos de produção anteriores e que existem em geral sob a forma de um campesinato pauperizado. Ela é resultado também da exportação da superpopulação relativa dos países centrais para o “novo mundo” sob a forma dos grandes processos migratórios do final do século XIX e início do século XX. Por fim, a industrialização e monopolização precoce em economias dependentes, com mercado interno limitado, implicaram numa menor utilização relativa de força de trabalho nos setores industriais.

---

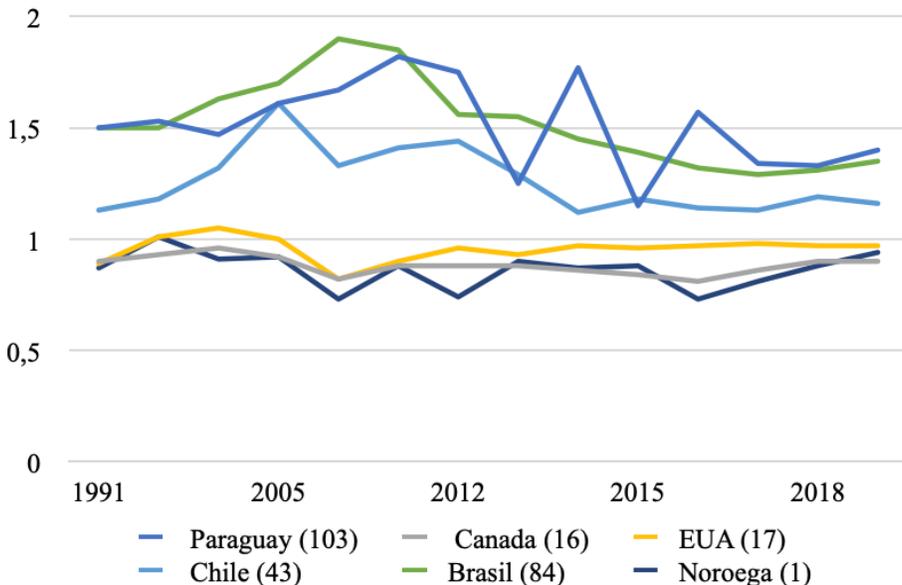
16 Evitamos denominar essa relação de maior exploração do trabalho feminino em condições estruturais de superexploração como “super-superexploração”, “maior superexploração” ou termos análogos pois acreditamos que isso envolveria uma compreensão da superexploração como maior exploração e não como mecanismo de compensação.

O resultado desta condição de superpopulação relativa é uma maior dificuldade de inserção feminina nos setores produtivos de maior remuneração, onde prevalece a força de trabalho masculina. Conseqüentemente, as mulheres nas formações sociais dependentes compõem uma parcela proporcionalmente maior da superpopulação relativa, o que é ilustrado pela maior taxa de desocupação feminina frente à masculina. Em 2015, por exemplo, a taxa de desocupação feminina foi de 11,7%, enquanto a taxa de desocupação masculina foi de 7,9% (IBGE, 2015). Isso amplia a instabilidade e marginalização do trabalho feminino e reforça sua atuação nos setores de serviços ou como “autônomas”. Neste contexto, são maiores as barreiras à melhoria de sua remuneração, o que reforça a desigualdade salarial entre os homens que ocupam os postos de trabalho nos setores produtivos mais dinâmicos e o restante das mulheres trabalhadoras. Para ilustrar este fenômeno, recuperamos dados que mostram que entre 2012 e 2018, a média dos salários das mulheres foi 20% inferior aos salários masculinos (IBGE, 2019), fenômeno que parece não depender do tipo de ocupação ou qualificação técnica dos empregos, pois entre as categorias ocupacionais destacadas pela pesquisa, aquelas que exigem maior qualificação técnica e científica são também as que menos empregam mulheres e pior as remunera, como nos casos do emprego de professores universitários e do ensino superior, gerentes de comércio, médicos e advogados. Da mesma forma, a proporção dos salários das mulheres em relação aos homens sem instrução e com ensino superior completo em 2018 foi de 67,3% e 64,3%, respectivamente.

Embora seja uma característica estrutural do capitalismo, a maior participação do desemprego feminino na composição do contingente de mão-de-obra em potencial aparece como uma característica dos países dependentes. A magnitude em que esta relação se expressa no Brasil é digno de comparação internacional: no período entre 1991 e 2019 o Brasil ocupou a 84ª posição no ranking de maior desemprego feminino relativo, cuja comparação com outros países do mundo pode ser vista no Gráfico 2, que apresenta a proporção da taxa de desemprego feminino em relação à taxa de desemprego masculino (ILOSTAT, 2020). Nota-se que entre 2005 e 2012, quando a taxa de desemprego total no Brasil atingiu seus menores valores históricos, o desemprego relativo feminino chegou a representar o dobro do desemprego masculino, como uma demonstração da baixa capacidade de absorção da mão-de-obra feminina durante períodos de crescimento econômico. A desigualdade e pauperização ampliadas da mulher trabalhadora aparecem, portanto, como elementos estruturais dos países

dependentes, que só podem ser compreendidos à luz da superexploração da força do trabalho e da opressão da mulher.

**Gráfico 2** – Relação entre a taxa de desemprego feminino e masculino e posição no ranking internacional e posição no ranking internacional: países selecionados, 1991-2019



Fonte: ILOSTAT, 2021.

Esta dificuldade estrutural da inserção feminina nos círculos de valorização do capital resulta na maior participação das mulheres no trabalho “informal”, autônomo e, principalmente, nos serviços domésticos assalariados. Aqui é evidente que a desigualdade de renda se expressa de maneira tão acentuada que é possível deslocar as trabalhadoras pauperizadas para atuar de forma assalariada na reprodução de setores mais altos da classe trabalhadora. Não por acaso, o trabalho doméstico assalariado, enquanto uma função predominantemente feminina<sup>17</sup>, foi responsável em 2018 por empregar 14,6% das mulheres, das quais

<sup>17</sup> Em 2018, 92% do trabalho doméstico foi realizado por mulheres, enquanto neste mesmo ano, o trabalho doméstico masculino empregou somente 0,9% da população ocupada masculina (IPEA, 2019)

somente 28,6% trabalhavam com carteira assinada, sendo que os rendimentos médios para as trabalhadoras sem carteira são geralmente menores do que um salário-mínimo (PINHEIRO *et al.*, 2019). A baixa proteção social do trabalho doméstico expressa a emergência recente da função de diarista, que surge como uma forma de permitir às classes médias a continuidade da contratação dos serviços domésticos por um preço mais baixo, e apresenta-se à mulher trabalhadora como uma opção para intercalar as suas obrigações do lar e do trabalho doméstico privado. As diaristas trabalham em média 5 a 6 dias por semana, prestam os mesmos serviços que as empregadas domésticas e estão sujeitas à informalidade e baixa remuneração característicos do emprego flexibilizado. Para estas mulheres, a média de dedicação ao trabalho doméstico (remunerado ou não) é de 52 horas semanais, o que, considerando o esforço físico atrelado a estas atividades, supõe a baixíssima condição de reposição da sua força de trabalho nos horários de descanso (PINHEIRO *et al.*, 2019)<sup>18</sup>.

A sobrerrepresentação do trabalho doméstico privado sobre as outras formas de emprego feminino é uma característica da América Latina em comparação ao restante do mundo. Os dados reunidos na Tabela 1 mostram a América Latina como o grupo de países com maior porcentagem de trabalhadores domésticos sobre o total de empregados e de trabalhadoras mulheres. Entre os países latino-americanos o Brasil apresenta o maior volume de horas de trabalho semanal para as trabalhadoras domésticas (36,8), atrás apenas da Bolívia (47,2) e do Equador (43,3) e é o terceiro com a menor relação entre o salário doméstico e o salário médio, 41,1%, atrás apenas da Argentina (30,9%) e do Chile (34,9%).

**Tabela 1** – Porcentagem de trabalhadores domésticos sobre (a) total de empregos e (b) total de trabalhadoras mulheres empregadas: 2010 (%).

Grupo de países	(a)	(b)
Países Desenvolvidos	0,8	1,3
Europa Oriental	0,3	0,4

18 O trabalho doméstico no Brasil é altamente racializado, visto que 63% das empregadas domésticas são negras. A abolição da escravidão envolveu a introdução dos trabalhadores brancos nos círculos principais de produção e relegou aos trabalhadores e trabalhadoras negras à condição de excedente. Seu nível salarial foi tão rebaixado que permitiu a utilização em massa da força de trabalho das mulheres negras para o trabalho de reprodução da burguesia e das camadas médias e, depois de determinado momento, mesmo das camadas superiores da classe trabalhadora branca.

Ásia e Pacífico	1,2	2,5
América Latina e Caribe	7,6	17,4
África	1,4	2,5
Oriente Médio	5,6	20,5
Total	1,7	3,5

**Fonte:** OUR WOLRD IN DATA, 2021.

As piores condições de emprego e renda para as trabalhadoras mulheres reforçam a dependência material da mulher frente aos rendimentos do homem, o que amplia a base de sua subjugação doméstica e da reprodução das relações patriarcais pertencentes à unidade familiar capitalista. Em síntese, além do maior tempo e desgaste do trabalho doméstico, a mulher periférica também deve arcar com uma estrutura produtiva que reforça a marginalidade e a instabilidade de seu emprego. Assim, ela suporta todo o peso das consequências da superexploração sobre a classe trabalhadora. Se Marini está correto em dizer que uma característica dos países dependentes é a agudização da contradição entre capital e trabalho, nos parece igualmente verdade que sobre a mulher periférica também se agudizam as contradições entre as condições de produção e de reprodução social.

## Considerações finais

Este ensaio teve como objetivo esboçar as relações possíveis entre as categorias oferecidas pela Teoria da Reprodução Social e as contribuições da Teoria Marxista da Dependência. Em vez de apresentar uma formulação teórica fechada, nosso interesse foi, a partir do trabalho sobre as interseções possíveis entre essas duas teorias, demonstrar a possibilidade de se construir um instrumental teórico capaz de auxiliar novas pesquisas sobre as particularidades da opressão de gênero no Brasil e na América Latina. Neste sentido, pensamos que vale a pena concluir com algumas considerações sobre os caminhos analíticos abertos por essa abordagem.

Um dos limites evidentes deste texto foi a ausência do tratamento sobre o papel do Estado. Este, a partir do final do século XIX, nos países centrais, começou a assumir a responsabilidade de momentos importantes da reprodução da força de trabalho (MOHANDESI e TEITELMAN, 2017): as garantias

trabalhistas, a oferta extensiva e intensiva de saúde e de educação e a criação de lavanderias e creches públicas. Todos estes elementos interferiram nas condições materiais da classe trabalhadora do centro e moldaram o papel reprodutivo assumido pelas mulheres. A especificidades da forma, intensidade e sentido de sua atuação nas sociedades dependentes é, desta maneira, outro elemento essencial da reprodução da classe trabalhadora e das determinações que pesam sobre a mulher periférica. É indispensável, portanto, o avanço da análise do papel do Estado dependente na reprodução social.

Igualmente importante é a pesquisa sobre o movimento histórico de conformação da família assalariada nos países dependentes, demarcando a diversidade de processos constitutivos que as diferencia das trajetórias operantes nos países centrais. É necessário analisar as particularidades da reprodução e da produção em cada fase histórica de desenvolvimento do capitalismo periférico, sua relação com o imperialismo e com o padrão de reprodução do capital, com o Estado e com a forma de expressão dos conflitos de classe. Envolve, da mesma maneira, capturar como o terreno da reprodução social muitas vezes condensou e expressou a luta de classes em cada período.

A busca pela maior concretização e historicização da análise da reprodução social na periferia pressupõe indubitavelmente a mediação categorial com outras estruturas de dominação, especialmente a opressão racial. A classe trabalhadora latino-americana passou e passa por processos de racialização distintos, porém em cada país da região a determinação da raça aparece como condição incontornável de sua existência. A captação das particularidades nacionais e das histórias dos povos incorporados no capitalismo dependente, é, assim, essencial para a apreensão da totalidade de determinações que perpassam às trabalhadoras latino-americanas. A partir delas é possível compreender os condicionantes da vida e das responsabilidades de figuras tão marcantes na estrutura social brasileira – tal como a da mãe negra solteira. Da mesma maneira, o horizonte de pesquisa deve envolver a incorporação das relações próprias à outras formas de opressão, algumas intimamente ligadas ao patriarcado tais como a LGBTQIA+fobia. Portanto, o desdobramento rigoroso das categorias gerais contidas na lei do valor para a apreensão da realidade dependente, apesar de necessário, não é de forma alguma suficiente para a compreensão da realidade da mulher latino-americana. O movimento teórico aqui proposto pressupõe a síntese constante com as determinações específicas das relações do patriarcado, junto às diversas outras formas de opressão reproduzidas pelo capital.

Por fim, esse conjunto de particularidades delimita também pautas políticas diferentes daquelas que são apresentadas no centro do capitalismo. Se a industrialização e a socialização do trabalho doméstico, com o conseqüente fim da distinção entre as atividades sociais de produção e reprodução, é o horizonte comum das mulheres no capitalismo, quais são as tarefas específicas nas sociedades dependentes? A diversidade de condições materiais e de estruturas de reprodução social envolvem táticas e pautas concretas particulares para o fim da opressão da mulher. A própria capacidade de articulação das lutas das mulheres em torno de um horizonte de transformação real envolve o entendimento dessas proposições concretas, caso contrário toda a teoria cai no vazio. Da mesma maneira, essas determinações também impõem formas particulares de organização política, o que torna este debate importante para os partidos e organizações que buscam avançar sua atuação junto às necessidades das mulheres trabalhadoras, especialmente os que entendem a centralidade de sua luta para o movimento revolucionário.



## Referências

ABÍLIO, Ludmilla Costhek. *O make-up do trabalho: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, 2018.

AMARAL, Marisa; CARCANHOLO, Marcelo. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In.: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BAMBIRRA, Vania. *Al proposito del "Año Internacional de la Mujer"*. (mimeo). 1975

BENSTON, Margareth. The political economy of Woman's political liberation. *Monthly Review*, v. 21, n. 4. 1969.

BHATTACHARYA, Thithi. Liberating Women from "Political Economy". *Monthly Review*, v. 71, n. 8. 2019a.

BHATTACHARYA, Thithi. O que é a Teoria da Reprodução Social? *Outubro*, nº32. 2019b.

CARCANHOLO, Marcelo. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, v.11, n.1, 2013a.

CARCANHOLO, Marcelo. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In.: ALMEIDA FILHO, N (org.). *Desenvolvimento e dependência*. Brasília: IPEA, 2013b.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Editora Elefante, 2019.

FRASER, Nancy. Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism In.: BHATTACHARYA, T (org.). *Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression*. London: Pluto Press, 2017.

GRECCO, Fabiana Saches. O debate sobre a reprodução social no Brasil nos marcos da "crise do cuidado". IN: Encontro Anual da ANPOCS, 41, 2017. *Anais do Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2017.

GIACOMIN, K. C. et al. Cuidado e limitações funcionais em atividades cotidianas – *Elsi-Brasil*. 2018.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015, 2015.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2019. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15/04/2021.

ILOSTAT. Labour statistics on Woman. Disponível em: <<https://ilostat.ilo.org/topics/women/>>. Acesso em: 16/04/2021.

LEITE, Leonardo. *O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx*. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Economia - Universidade Federal Fluminense, 2016.

LUCE, Mathias. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. *El capital: Libro I, Capítulo VI* (inédito). Ciudad de México: Siglo XXI, 1984.

MOHANDESI, S.; TEITELMAN, E. Without reserves. In.: BHATTACHARYA, T (org.). *Social reproduction theory: remapping class, recentring oppression*. London: Pluto Press, 2017.

MOTTA, Daniele Cordeiro. Desvendando Heleieth Saffioti. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 40, 2018.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In.: ALMEIDA FILHO, N (org.). *Desenvolvimento e dependência*. Brasília: IPEA, 2013.

OUR WORLD IN DATA. <https://ourworldindata.org/economic-inequality-by-gender>. Acessado em 16/04/2021.

PINHEIRO, L; LIRA, F; REZENDE, M. FONTOURA, N. *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua*. Texto para Discussão. IPEA, 2019.

PRADO, Fernando. C. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & política* v 29, n 2, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

